



84
pl

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Cautelar Inominada nº 0322701-2 (NPU. 0013684-90.2013.8.17.0000)

Autor: Maria Betânia de Lima Soares Cruz e outro

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: CAUTELAR INOMINADA. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA PMPE. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. OS CANDIDATOS NÃO ATINGIRAM O PERCENTUAL MÍNIMO DE ACERTO DE 40% (QUARENTA POR CENTO) EM CADA PROVA. PONTO DE CORTE INCIDENTE EM CADA DISCIPLINA, AFERIDAS ISOLADAMENTE. CAUTELAR JULGADA IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1. Consultando o sistema Judwin, percebe-se que os Embargos de Declaração nº 0243027-9/01 já possuem decisão no sentido de ser rejeitado, mantendo-se, então, o acórdão de provimento do Reexame Necessário nº 0243027-9, ou seja, para reconhecer o acerto da decisão administrativa que excluiu os candidatos do concurso em razão do ponto de corte de 40%.
2. A discussão presente nesta Cautelar já encontra posicionamento solidificado em todas as Câmaras de Direito Público (vencido apenas um desembargador), no sentido de que o ponto de corte de 40% se refere a cada disciplina aferida isoladamente, e não a cada prova da parte geral e especial.
3. Depreende-se, portanto, que falece aos candidatos a fumaça do bom direito necessária para garantir suas participações nas demais etapas do certame, já que este e. Tribunal, em sua maioria, entende que no concurso público em questão, para serem aprovados no exame intelectual os candidatos deveriam obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, e não em cada prova, não tendo, os autores, cumprido este requisito.
4. Cautelar julgada improcedente por unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ST
ml

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Cautelar Inominada nº 0322701-2, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, por unanimidade, em julgar improcedente a Cautelar, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

P. R. I.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Cautelar Inominada nº 0322701-2 (NPU. 0013684-90.2013.8.17.0000)

Autor: Maria Betânia de Lima Soares Cruz e outro

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Medida Cautelar proposta nos autos do processo nº 0243027-9/01 por Maria Betânia de Lima Soares Cruz e outro pugnando pelo provimento liminar no sentido de lhes ser garantida a participação nas demais etapas do processo seletivo interno da PMPE, para acesso, por promoção, ao posto de Sargento (Edital nº 033/2010), e, em caso de êxito, poderem ser promovidos à graduação de Terceiro Sargento.

Os candidatos afirmam que, diante da dúvida gerada pelo Edital no sentido de o ponto de corte de 40% incidir sobre cada prova da parte geral e especial ou cada disciplina aferida isoladamente, deve ser utilizada a interpretação mais favorável aos candidatos. Além disso, apontam que o Parecer nº 001/2013 do Procurador Geral do Estado opina pela realização de transações judiciais em casos como esse.

Entendem, por fim, que o indeferimento da liminar requerida pode lhes causar diversos prejuízos, bem como que a prova carreada aos autos comprova seus direitos.

O pedido antecipatório foi indeferido (fls. 72/75), e o réu, apesar de devidamente intimado, não apresentou resposta à Cautelar.

É o relatório.

À pauta.

Recife, 12 de maio de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



86
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Cautelar Inominada nº 0322701-2 (NPU. 0013684-90.2013.8.17.0000)

Autor: Maria Betânia de Lima Soares Cruz e outro

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Consultando o sistema Judwin, percebe-se que os Embargos de Declaração nº 0243027-9/01 já possuem decisão no sentido de ser rejeitado, mantendo-se, então, o acórdão de provimento do Reexame Necessário nº 0243027-9, ou seja, para reconhecer o acerto da decisão administrativa que excluiu os candidatos do concurso em razão do ponto de corte de 40%.

Eis o teor do acórdão dos Embargos, publicado em 13/12/2012, e do Reexame Necessário, publicado em 20/06/2012:

Embargos de Declaração:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE AGRAVO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Verifica-se que o acórdão ora atacado pelos Embargos Declaratórios não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da oposição de Embargos, uma vez que o alegado erro material, contradição, obscuridade ou omissão, trata-se na verdade de um inconformismo com o teor da decisão ora embargada. 2. É cediço que, incorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade e/ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum, o que é inviável de ser revisado em sede de Embargos de Declaração, dentro dos estreitos contornos previstos no art. 535 do CPC. 3. Outrossim, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o julgador não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento. 4. Por unanimidade de votos, foram conhecidos, porém rejeitados os Declaratórios.

Erik



47
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Reexame Necessário

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA PMPE. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. NOTA DE ESCLARECIMENTO. ALEGAÇÃO DE MODIFICAÇÃO DO EDITAL PELO RECORRENTE AO SEGUIR INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DOS TERMOS DO EDITAL. INOCORRÊNCIA. UNANIMEMENTE DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. A controvérsia estabelecida nos autos gira em torno da interpretação dos critérios de aprovação no exame intelectual estabelecidos pela Portaria SDS nº 033/2010, que tornou público o edital do processo seletivo em questão. No caso sub examine, os impetrantes não se encontram adequados aos termos do edital, razão pelo qual vislumbro inverso a fumaça do bom direito e o risco de dano, todos em favor dos impetrados. Tendo em vista que o edital é a lei interna do certame e que sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merece destaque a disposição editalícia contida no subitem 3.1.1, abaixo transcrita: 3.1.1 O exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, será composto de áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas. A partir da análise sistêmica do sobredito comando em conjunto com o "Quadro de Provas" previsto no subitem 3.1.8 do Edital, é possível extrair-se que o exame intelectual da seleção em apreço foi dividido em duas "áreas de conhecimento", quais sejam, "Parte Geral", composta por sete provas/disciplinas, e "Parte Específica PM", composta por três provas/disciplinas. Diante desses termos, resta a análise da regra de admissão insculpida no subitem 3.1.6 do instrumento convocatório, a qual me parece bastante clara ao estatuir que: "o candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40%(quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00(cinco)". Extraí-se dessa leitura, portanto, que o candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina, dentro das suas respectivas áreas de conhecimento. Assim, entendo que, na hipótese, afigura-se perfeito o ato de reprovação dos impetrantes, posto que não atingiram os limites mínimos de acertos previstos no aludido subitem 3.1.6 do Edital. Com efeito, esta Egrégia Corte já se pronunciou em casos semelhantes, nos seguintes termos: (...) Portanto, diante da análise minuciosa das alegações

ERIK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

das partes e da prova documental contida nos autos, não enxergo qualquer ato praticado pela autoridade impetrada que tenha subtraído direito líquido e certo dos impetrantes. Quanto a nota de esclarecimento lançada pelo Sr. Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social - SDS, considerando que o ponto de corte a ser adotada pela banca examinadora deverá ser analisado por disciplina, ao menos aparentemente, não alterou nem retificou o edital, mas tão somente objetivou sanear eventuais dúvidas ou interpretações ambíguas, acrescentando-se ainda que a mesma foi publicada antes da correção das provas dos candidatos. Por unanimidade, deu-se provimento ao reexame necessário, nos termos do voto do Relator.

Essa discussão já possui entendimento solidificado em todas as Câmaras de Direito Público (vencido apenas um desembargador), no sentido de que o ponto de corte de 40% se refere a cada disciplina aferida isoladamente, e não a cada prova da parte geral e especial.

Depreende-se, portanto, que falece aos candidatos a fumaça do bom direito necessária para garantir suas participações nas demais etapas do certame, já que este e. Tribunal, em sua maioria, entende que no concurso público em questão, para serem aprovados no exame intelectual os candidatos deveriam obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, e não em cada prova, não tendo, os autores, cumprido este requisito.

Pelas razões expostas, **voto pela improcedência da cautelar.**

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator